

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Jarbas Anísio dos Reis Calçado

O Serviço Social na Força Aérea Brasileira

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 13/08/08


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS-SC

2008

Jarbas Anísio dos Reis Calçado

O Serviço Social na Força Aérea Brasileira

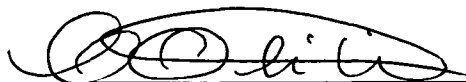
Este Trabalho de Conclusão de Curso é um requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:



Presidente: Profa. Dra. Edaléa Maria Ribeiro – Orientadora, UFSC



Membro: Profa. Mestre Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão.



Membro: Assistente Social Patrícia Carlos Oliveira

Jarbas Anísio dos Reis Calçado

O Serviço Social na Força Aérea Brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edaléa Maria
Ribeiro

FLORIANÓPOLIS-SC

2008

Aos meus pais, Noé e Felina, fontes
permanentes de amor e dedicação; por
acreditarem em mim e me apoiarem
incondicionalmente.

Agradecimentos

Inúmeras foram as pessoas com as quais trocamos experiência ao longo desta jornada, e, consecutivamente, elas são partícipes neste processo de troca de conhecimentos e contribuíram em minha formação acadêmica.

Certamente, não haverei de mencionar todos (as) que contribuíram neste processo, contudo, se seu nome não figurar desta relação, saiba que ele está implícito neste trabalho.

Desta forma, busco destacar algumas pessoas, como forma de representar a todos (as) que contribuíram pelo meu sucesso.

A Deus, por tudo o quanto representa em minha vida.

Ao meu Pai Noé (*in memoriam*) e à minha Mãe Felina, pelo amor, carinho, e pelo legado de obediência, sendo os precursores em minha aprendizagem.

A minha linda esposa, Kátia, por compreender minha ausência ao longo deste período.

As minhas lindas filhas, Késia e Karoline, que muito ajudaram nesta caminhada.

Aos meus colegas e minhas colegas acadêmicos (as), pela convivência salutar ao longo da formação.

A minha mui competente orientadora: Professora Doutora Edaléa, por ocasião da elaboração deste trabalho, sempre com muito profissionalismo, competência e abnegação.

A todos os professores e professoras que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Ao Coronel Aviador Jefferson Antonio Koschinski, Comandante da Base Aérea de Florianópolis, bem como o Coronel Aviador Silva Junior, ex-comandante da Base Aérea de Florianópolis, pelo apoio recebido.

À Tenente Coronel Assistente Social, Nádia, pelas bibliografias que disponibilizou.

Ao Capitão Sartori, meu chefe imediato.

À Tenente Assistente Social, Patrícia, pelo imprescindível apoio recebido.

À Tenente Assistente Social, Sheila, minha supervisora de estágio.

Ao Sargento Amaral, pelo período de estágio realizado na Base Aérea de Florianópolis.

Ao Sub Oficial, Jorge Maurício da Silva, ex- chefe imediato

A todos os meus colegas de trabalho por haverem me ajudado sobremaneira, em especial ao Betovem, pela formatação deste trabalho, ao Oséias, pela construção dos gráficos, ao Menezes, pela colaboração no ppt, ao Saulo, Adilson e Josué, meus grandes incentivadores.

A minha cunhada, Maninha, por partilhar comigo seus conhecimentos e por revisar meu trabalho.

A minha amiga, Raquel, sempre muito prestativa.

Obrigado, de coração, a todos (as) por me ajudarem a atingir este objetivo; sem vocês tudo teria sido bem mais difícil.

"O QUE SABEMOS É UMA GOTA; O QUE IGNORAMOS É UM OCEANO."

Issac Newton

Resumo

CALÇADO, Jarbas Anísio dos Reis. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira. 2008. (60f.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O que se convencionou apresentar neste trabalho, entre outros aspectos importantes, é o Serviço Social na Força Aérea Brasileira, evidenciando o acúmulo das atribuições do assistente social no setor público militar e, mais ainda, os desafios enfrentados por esse assistente social. A Força Aérea Brasileira, essa instituição tão bem conceituada e de grande porte, considerada um orgulho nacional, deveria priorizar seu serviço social, considerando a complexa responsabilidade de seus membros, independente de valores e hierarquia. Este trabalho monográfico encontra-se estruturado em três partes distintas: a introdução, o desenvolvimento que está dividido em três capítulos, assim dispostos: O Serviço Social na Força Aérea Brasileira, As Atribuições do Serviço Social e Os Desafios para o Serviço Social no Setor Público Militar e a conclusão ou considerações finais, que estabelece as impressões do autor ao terminar sua pesquisa, numa tentativa de ampliar os conhecimentos do leitor com relação à obra em epígrafe. Faz-se mister especificar também as fontes de pesquisa deste trabalho, como sendo os indicadores responsáveis e eficazes para sua realização. Além das obras constantes da bibliografia, alguns artigos selecionados de sítios da internet sobre o serviço social merecem destaque. O material disponibilizado não estava muito claro e completo, nem em obras, nem nos sítios. É um assunto ainda complexo, porque não é visto com a devida seriedade que ele merece. Eu acredito que o público leigo interessado em conhecer algo mais a respeito do serviço social na FAB está diante de um dos mais polêmicos assuntos e que gera certa preocupação quando se busca, inclusive, a relação dos programas e serviços oferecidos pela FAB. Neste panorama, o presente trabalho é uma honrosa e bem-vinda exceção, que vem somar a outros esforços equivalentes para tornar o pouco que se quer saber sobre algo tão valioso.

Palavras – Chave: Serviço Social, Desafios, Instituição Militar, Força Aérea Brasileira.

Abstract

What was agreed to present this work, among other important aspects, is the Service in the Brazilian Air Force, showing the accumulation of functions of a social worker in the public sector military and, even more, the challenges faced by the social worker. The Brazilian Air Force, this institution appraised and of great transport, considered a national pride so well, would have to prioritize its social service, considering the complex responsibility of its members, independent of values and hierarchy. This monograph is structured into three separate parts: the introduction, development which is divided into three chapters, well prepared: The Service in the Brazilian Air Force, The Role of Social Service and The Challenges for the Service in Public Sector Military and completion or closing comments, establishing the impressions of the author to finish their search in an attempt to broaden the knowledge of the reader with respect to the work in question. It is also mister specify the sources of this research work, as the indicators responsible and effective for their achievement. In addition to the works in the literature, some articles of selected web sites on the social service deserve attention. The material provided was not very clear and complete, or in works or on the sites. It is a complex issue yet, because it is not seen with due seriousness it deserves. I believe that the lay public interested in knowing something more about the social service in front of FAB is one of the most controversial issues and that creates some concern when you search, including the list of programs and services offered by the FAB. Against this background, this work is an honourable and welcome exception, which is equivalent addition to other efforts to make the little you want to know about something so valuable.

KEYWORDS: Social Service, Challenges, Military Institutions, Brazilian Air Force.

LISTA DE SIGLAS

BINFA	Batalhão de Infantaria
CAN	<i>Correio Aéreo Nacional</i>
CLT	Consolidação das Leis do trabalho
Capl	Capelania
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGEP	Comando Geral de Pessoal
DIRINT	Diretoria de Intendência
EC	Esquadrão de Comando
Embraer	Empresa brasileira de Aeronáutica
EP	Esquadrão de Pessoal
FAB	Força Aérea Brasileira
FAS	Fundo de Assistência Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GSB	Grupo dos Serviços de Base
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
NPA	Norma Padrão de Ação
OM	Organização Militar
QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QFO	Quadro Feminino de Oficiais
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica

SAS	Sistema de Assistência Social
SCMDO	Seção de Comando
SCom EP	Secretaria de Comando do Esquadrão Pessoal
SDEE	Subdiretoria de Encargos Especiais
SESC	Serviço Social do Comercio
SEC CMT	Secretaria do Comandante da Base Aérea
SEC GSB	Secretaria do Comandante do Grupo de Serviço de Base
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
SEsp	Serviços especiais
SESI	Serviço Social da Indústria
SIPAA	Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SPC	Seção de Pessoal Civil
SPM	Seção de Pessoal Militar
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Simplificado do Comando da Aeronáutica	23
Figura 2: Organograma da Subdiretoria de Encargos Especiais	28
Figura 3: Organograma do Plano de Assistência Social do COMAER.....	33
Figura 4: Organograma da Base Aérea de Florianópolis	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O SERVIÇO SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	15
1.1 Surgimento e consolidação da Força Aérea Brasileira - FAB	17
1.2 O histórico do Serviço Social na Força Aérea Brasileira	20
1.3 A Criação da Divisão de Serviço Social	27
2 ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO ÓRGÃO CENTRAL: Diretoria de Intendência /Subdiretoria de Encargos Especiais	32
2.1 Atribuições do Serviço Social na Base Aérea de Florianópolis	36
3 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SETOR PÚBLICO MILITAR	41
3.1 A burocracia na administração pública e o assistente social	42
3.2 O acúmulo de funções do Assistente Social no setor Público Militar	46
3.3 Captação de recursos e contribuição compulsória	47
3.4 A pouca divulgação dos programas e serviços oferecidos	48
3.5 Condições de Trabalho	50
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

ANEXO A _____ **57**

ANEXO B _____ **58**

ANEXO C _____ **59**

ANEXO D _____ **60**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso intitulado O Serviço Social na Força Aérea Brasileira, tem por finalidade apresentar um histórico do Serviço Social na Força Aérea Brasileira, desde sua criação em 1946, até os dias atuais, objetivando contribuir no processo documental que possa subsidiar outros trabalhos acerca do assunto, consubstanciando em um adensamento da bibliografia atinente ao tema em questão.

Tendo como referência a experiência de estágio curricular obrigatório realizado na Base Aérea de Florianópolis¹, no período de abril a agosto de 2007, verifiquei a necessidade de se fazer uma divulgação das Políticas Sociais desenvolvidas na FAB, seja no âmbito da própria organização, seja para além do âmbito militar.

Desta maneira, este trabalho subdivide-se em três capítulos.

O primeiro capítulo pretende contextualizar o resgate histórico do Serviço Social na Força Aérea Brasileira apontando as principais mudanças e acontecimentos ocorridos nesse período, bem como o surgimento e consolidação da Força Aérea Brasileira e a criação da Divisão de Serviço Social.

O segundo capítulo tem por objetivo explicitar sobre as atribuições do Serviço Social, realizadas no Órgão Central do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, conhecido como Diretoria de Intendência/ Subdiretoria de Encargos Especiais (DIRINT/SDEE), e ainda discorrer sobre as atribuições do Serviço Social na Base Aérea de Florianópolis.

No terceiro e último capítulo são apresentados os desafios para o Serviço Social no Setor Público Militar onde se elencam alguns dificultadores da ação profissional, tais como: a burocracia, o acúmulo de funções, a captação de recursos a contribuição compulsória, a pouca divulgação dos programas e projetos sociais e as condições de trabalho vividas pelas profissionais assistentes sociais.

¹ Considero ser oportuno salientar que sou militar integrante da Base Aérea de Florianópolis na graduação de segundo-sargento músico.

1 O SERVIÇO SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Para falarmos do Serviço Social na Força Aérea Brasileira (FAB), é imprescindível localizá-lo no contexto político de surgimento da FAB nos anos 40, bem como discorrer sobre o desenvolvimento desta instituição militar ao longo das décadas que se seguem, até a atualidade.

O Serviço Social, no âmbito da FAB, teve seu marco inicial no ano de 1946, na vigência do Estado Novo.

Com Getúlio Vargas no poder, esse foi um período marcado por grande retrocesso em termos de liberdade política, com a extinção dos partidos políticos, além de muita censura e repressão. Todavia, houve significativo avanço no tocante às políticas sociais em face da implantação de uma legislação trabalhista, sobretudo para trabalhadores urbanos, a partir de 1º de maio de 1943, com a instituição da CLT², que representou a reunião e sistematização da vasta legislação trabalhista produzida a partir de 1930, introduzindo direitos como: jornada de trabalho pré-estabelecida, férias, descanso remunerado, condições de segurança no trabalho e outros.

Outra conquista significativa se verificou em 1932, com a oficialização da obrigatoriedade da assinatura da carteira de trabalho no ato da contratação, instrumento esse que permitiria ao trabalhador exigir seus direitos, uma vez que passou a existir um documento oficial do registro de contratação.

Os anos 40 foram ainda fortemente marcados pelo aprofundamento do modelo corporativista, onde as indústrias de base receberam grande incentivo do Estado como forma de expansão do setor industrial, tendo como destaque a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, e a instalação da Fábrica Nacional de Motores, em 1943, ambas no Rio de Janeiro (BRASIL, 2004).

A expansão da produção industrial traz, na sua essência, a intensificação da exploração da força de trabalho, promovendo uma grande migração rural-urbana e,

² CLT Consolidação das Leis do trabalho, aprovada em 1º de Maio de 1943, pelo então Presidente Getúlio Vargas.

conseqüentemente, o agravamento das desigualdades que já marcavam o país no seu processo de industrialização incipiente. A necessidade de mão de obra especializada passa a ser um imperativo para a continuidade da expansão capitalista.

Entretanto, o próprio empresariado se encarregaria em dar suporte para o processo de qualificação da força de trabalho. Com o propósito de contribuir na formação de mão de obra especializada para o setor industrial, com vistas a suprir essa necessidade, foi criado o Serviço Nacional da Indústria (SENAI), em 1942, uma das primeiras grandes instituições a incorporar o Serviço Social.

O Serviço Social, enquanto profissão surgida no final da década de 30 vai trabalhar o estímulo à cooperação de classes, bem como o ajustamento psicossocial do trabalhador.

É neste contexto dos anos 40, alavancada pela primeira guerra mundial e pela hegemonia norte-americana, que surge a Força Aérea Brasileira (FAB).

Até o final dos anos 30 as Forças Armadas no Brasil eram compostas pelo Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil. Com a eclosão da II Guerra mundial o Governo Brasileiro verificou a necessidade da criação da FAB, fato que veio a ocorrer em 1941.

Para um melhor desempenho das funções que lhe fora atribuída, se fazia necessário o aparelhamento técnico-operacional, bem como a capacitação profissional, aliado à preocupação com seu contingente humano, é aqui que verificamos, em 1946, o ingresso das primeiras Assistentes Sociais na FAB. O exercício profissional no período não foge àquele implementado no Brasil como um todo, ainda que resguardadas as particularidades, por se tratar de uma instituição pública militar.

Para uma melhor compreensão da inserção do Serviço Social no conjunto da história desta organização militar, vamos discorrer mais profundamente sobre a Força Aérea Brasileira.

1.1 SURGIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA - FAB

Para melhor compreensão de como surgiu a FAB, faz-se necessário falarmos do poder aéreo no mundo, evidenciando seu surgimento em 1913, momento em que o homem adquiriu o domínio das máquinas voadoras. Estes fatos remontam o início da Primeira Guerra Mundial, onde a utilização do avião enquanto arma aérea teve significativo êxito, ainda que estes tenham sido empregados inicialmente em missão de observação.

O Brasil, pós Primeira Guerra mundial, receberá por intermédio de acordos governamentais celebrados com a França, uma equipe de militares com finalidade de ministrar técnicas de utilização do avião enquanto uma capacidade bélica de emprego aéreo. A primeira missão militar foi realizada no Rio de Janeiro, mais precisamente no Campo dos Afonso, (atualmente uma unidade militar da FAB), tendo como objetivo principal o treinamento de pilotos do Exército e da Marinha (as únicas Forças Armadas existentes no País nesse período).

Deste modo, surge em 02 de fevereiro de 1914 a Escola Brasileira de Aviação, muito embora suas atividades tenham sido interrompidas em julho do mesmo ano.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, verifica-se o emprego de aviões como poderosa arma aérea. Posteriormente, o mesmo passou a ser utilizado em missão de interceptação, por intermédio de tiros de artilharia.

O desenvolvimento de aeronaves como poder de fogo aéreo motivou no cenário mundial a criação da Aviação de Caça. O próximo passo foi o aparecimento do lançamento de bombas a partir das aeronaves, inicialmente, com as mãos, posteriormente, progredindo para mecanismos que permitissem ao piloto realizar o lançamento. Esses fatores serviram de estímulo e desafio para a engenharia militar que tiveram disposição e oportunidade de participar ativamente no desenvolvimento dessa nova arma.

As Forças Armadas Brasileira, nesse período, era representada pelo Exército e pela Marinha, ambas com sua respectiva aviação. Na época, o Brasil recebeu dos Estados Unidos da América, uma série de aeronaves para treinamento Militar.

Também coube à incipiente Força Aérea Brasileira a consolidação do desbravamento do território brasileiro.

Fato significativo nesse processo foi a participação das comunidades que, em seus respectivos municípios, no sentido de auxiliar a recente aviação, escreviam o nome da cidade sobre o telhado das estações ferroviárias. Estas ações ajudavam na orientação dos pilotos na condução de suas aeronaves com destino ao interior do País. É a partir dessa experiência que surge o Correio Aéreo Militar (CAM), em 12 de junho de 1931.

Estes e outros fatos históricos (aqui não destacados) foram alguns dos elementos que contribuíram, no final da década de 30, para uma atmosfera de questionamento sobre a arma aérea, e de que forma deveria ela ser administrada pela nação.

Muitos foram os debates ocorridos nos jornais, nos Clubes Militares, no parlamento, onde aviadores militares das duas aviações existentes na época (Exército e Marinha) buscavam defender posições: uma no sentido de que as armas aéreas deveriam continuar sob administração das duas forças, a outra corrente defendia o agrupamento das duas, criando uma única força que administraria as atividades aéreas no Brasil.

A idéia de criação de uma única força prevaleceu e, em 20 de janeiro de 1941, Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 2961, criando o Ministério da Aeronáutica, estabelecendo a fusão das Forças Aéreas do Exército e da Marinha, o que resultou na formação das Forças Aéreas Nacionais.

Em maio de 1941, um decreto muda a denominação de Forças Aéreas Nacionais para Força Aérea Brasileira (FAB) denominação esta que permanece até os dias atuais, sendo considerada a maior força aérea da América Latina, tanto em contingente como em poder de fogo e aviões.

Curiosamente o primeiro comandante da Força Aérea Brasileira foi um Civil - Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho. Esta medida adotada pelo Governo da época tinha a finalidade de manter a harmonia entre as Forças.

Os equipamentos concernentes à aviação que antes pertenciam à Marinha e ao Exército, composto de uma variada gama de aviões procedentes de diversos países,

como Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, além de alguns aviões produzidos no Brasil em caráter experimental, passaram a compor a Força Aérea Brasileira.

A Segunda Guerra Mundial será o marco divisor para a modernização e a criação da incipiente indústria aeronáutica local. Os Estados Unidos entram na guerra, em 1941, seguidos do Brasil em 1942, “pressionado” pelos Estados Unidos em função de sua posição estratégica, sobretudo pela importância da costa brasileira, em especial o norte do país, onde diversas bases americanas foram construídas, aumentando assim a hegemonia deste país no continente latino-americano.

A partir de então, a Força Aérea Brasileira passa a receber dos Estados Unidos, modernos aviões para as mais variadas funções: caças, bombardeiros, patrulha, e outros; diversos pilotos brasileiros foram para os Estados Unidos fazerem formação. De volta ao Brasil, repassaram o conhecimento adquirido, culminando na participação do 1º Grupo de Aviação de Caça e a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação no cenário de operações europeu, onde participou como único país da América do Sul, na Campanha da Itália, em 1944 e 1945. (BASTOS, 2006).

Com o fim da guerra e a fartura de material aeronáutico excedente, a Força Aérea Brasileira passa a receber grande quantidade de aviões dos Estados Unidos; esse foi sem dúvida alguma um dificultador para o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira, pois com a grande oferta de material, tornava-se menos oneroso importar do que fabricar.

É somente no final dos anos 60 que vemos a criação da Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica que irá produzir uma gama variada de aviões, sendo considerada atualmente uma das melhores fabricantes de aeronaves de pequeno e médio portes do mundo.

Em tempos mais recentes, exatamente em 10 de junho de 1999, é extinto o então Ministério da Aeronáutica, assim como o Ministério do Exército e da Marinha, sendo criado em seu lugar o Ministério da Defesa, congregando as três forças, desta forma, o então Ministério da Aeronáutica passou a ser denominado Comando da Aeronáutica.

Atualmente, o Comando da Aeronáutica é exercido pelo Tenente Brigadeiro do Ar Juniti Saito e a ele estão subordinados quatro Comandos Gerais, dois

Departamentos e diversos outros órgãos relacionados com o funcionamento e administração da aviação brasileira, seu contingente (civil e militar), e da pesquisa e desenvolvimento aeroespacial.

Os quatro Comandos Gerais são:

- ✓ Comando Geral de Operações Aéreas
- ✓ Comando Geral de Apoio
- ✓ **Comando Geral de Pessoal**
- ✓ Comando Geral de Tecnologia Aeroespacial

Os dois Departamentos são:

- ✓ Departamento de Controle do Espaço
- ✓ Departamento de Ensino da Aeronáutica

O Sistema de Assistência Social (SAS) da FAB, ao qual o serviço social está ligado, tem como órgão central a Diretoria de Intendência que, por sua vez, está subordinado ao Comando Geral de Pessoal.

A proposta do Sistema de Assistência Social (SAS) é fazer com que cada unidade militar, sobretudo as que tenham maior número de servidores militares e civis, possa contar com pelo menos um profissional assistente social no seu quadro de profissionais.

Contextualizado brevemente o surgimento da FAB, passaremos a seguir a discorrer sobre a presença do serviço social nesta instituição militar, a partir de 1946.

1.2 O HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

A primeira referência acerca de um sistema de proteção social pública no Brasil é verificada na Constituição de 1934, que obriga o Estado a prestar amparo aos desvalidos. Contudo, só em 1938, na vigência do Estado Novo, por intermédio do

Decreto-Lei nº 525, de 01 julho de 1938 que é criada a Organização Nacional do Serviço Social como modalidade de serviço público.³

Nesse período, a industrialização no Brasil está em expansão. Todavia, a mão de obra qualificada não acompanha esse processo, logo, o que se verifica é o crescimento do proletariado urbano desqualificado para o mercado. Com o objetivo de suprir a carência de mão-de-obra qualificada, surgem nessa década instituições importantes.

Nesse sentido teremos, a partir do Decreto-Lei nº. 4.048 de 22 janeiro de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), no mesmo ano o Decreto-Lei nº 9.403, cria o Serviço Social da Indústria (SESI). No mesmo período vemos ainda a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e o Serviço Social do Comercio (SESC) instituídos pelo Decreto-Lei nº 8.622 e 9.853 respectivamente.

Estas Instituições tinham por base a qualificação profissional do operariado para a expansão industrial, sendo as primeiras instituições a incorporarem assistentes Sociais como trabalhadores essenciais no processo de "harmonização" entre capital e trabalho.

Trata-se, portanto, de manter um sistema de adequação da força de trabalho capaz de suprir as necessidades da indústria, não obstaculizando interesses dos empresários industriais, transformando esse processo em impulsionador da acumulação (IAMAMOTO, 1985:264).

Pautadas na gênese de um Serviço Social que havia se institucionalizado como profissão na década de 30 a partir da iniciativa de grupos sociais majoritariamente feminino vinculado à Igreja Católica, tendo como origem social a burguesia e a aristocracia agrária da época, a formação do Assistente social nesse período, de acordo com Aguiar (1989 p.31), tinha como referência "(...) a formação doutrinária e moral; o aspecto técnico só passará a ter significado com a influência americana. (...)".

³ Constituição da República Federativa do Brasil de 16 de julho de 1934, que obriga o Estado a prestar amparo aos desvalidos. Decreto-Lei nº 525 de 01 de julho de 1938, que institui a Organização Nacional do Serviço Social na condição de serviço público.

É nessa perspectiva de trabalho que acontece a inserção das primeiras profissionais de serviço social no então Ministério da Aeronáutica.

Considerando o fato de a profissão ser (historicamente) eminentemente feminina, aliado a um contexto extremamente conservador, onde a presença da mulher enquanto militar era inconcebível na época, o ingresso destas profissionais acontece na condição de servidoras civis.

Desde o início, o trabalho do serviço social está voltado para seu público interno, prestando assistência ao seu efetivo e aos que estão na inatividade/aposentadoria e seus respectivos dependentes. Desse período é praticamente desconhecido os registros do Serviço Social na FAB.

O ano de 1969 marcou um novo tempo para o Serviço Social na Força Aérea com a criação da Diretoria de Intendência (DIRINT), que dentre outras atribuições passou a ser o Órgão Central do Sistema de Assistência Social (SAS), o que possibilitou maior visibilidade e desenvolvimento das ações do serviço social na Força Aérea Brasileira.

De acordo com documentos internos da FAB, a missão precípua da DIRINT é “o apoio ao homem, quer seja em combate ou em tempos de paz”. Esse apoio se focaliza nos sistemas de: abastecimento de alimentos e fardamento; inativos e pensionistas; pagamento de pessoal e assistência social⁴. Aqui se localiza o Serviço Social.

A Figura 1 (organograma simplificado do Comando da Aeronáutica) permite se ter um panorama dos departamentos que compõem a Força Aérea Brasileira e, conseqüentemente, pode-se localizar a DIRINT (Diretoria de Intendência) e a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDE) que cuida dos assuntos atinentes ao serviço social na FAB.

⁴ Fonte: Brasil. (2006) DIRINTE/SDEE.

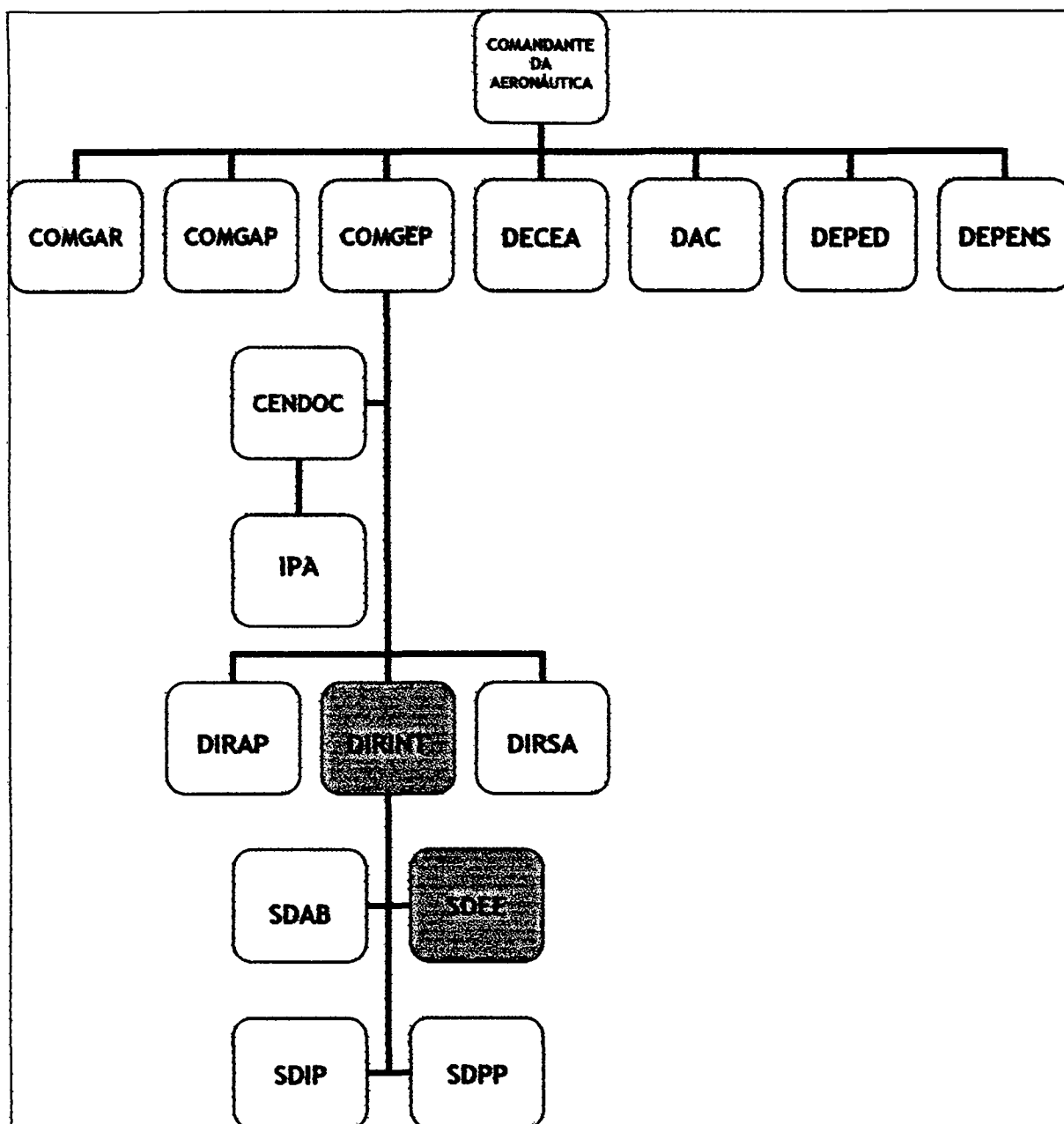


Figura 1: Organograma Simplificado do Comando da Aeronáutica

Fonte: (OLIVEIRA. et al, 2006, p 19).

No final dos anos 70, o serviço social brasileiro começa a questionar suas bases de formação em termo do conservadorismo que o referenda, passando a assumir uma postura crítica, com distinto viés de leitura e compreensão da realidade, promovendo o que se convencionou chamar de movimento de reconceituação, que nasceu não como um bloco homogêneo, mas sim, através diferentes orientações teóricas.

Seu impacto pode ser verificado, inicialmente, nos textos dos seminários de Araxá 1967, e Teresópolis 1970, onde um grupo de profissionais se empenham na busca de superação do Serviço Social tradicional, buscando uma re-adequação de suas funções à realidade do País. No dizer de Faleiros, (2001: 80) "O movimento de reconceituação contribuiu significativamente para uma guinada no olhar que boa parte do Serviço Social vinha dirigindo sobre seu papel e sobre sua eficácia".

Essas mudanças Conjunturais alteraram a dinâmica da Profissão, que aliadas a mudanças políticas e econômicas da sociedade brasileira, proveniente da abertura política, possibilitou a inserção de profissionais Assistentes Sociais, na condição de militares integrantes do quadro de carreira na Força Aérea Brasileira, que conjuntamente com as Assistentes Sociais civis, passam a compor o quadro de profissionais que ali atuam.

O ingresso da mulher nas Forças Armadas, em 1982, enquanto militares integrantes do plano de carreira tornou-se realidade; estas foram admitidas por concurso público para atuarem em diversas especialidades, inclusive no serviço social.

De acordo com informações recebidas da coordenadoria de assistência social do COMAER, a primeira turma do Quadro Feminino de Oficiais Assistentes Sociais da Aeronáutica, fora composta por 12 (dode) profissionais do quadro de carreira.

O exercício profissional destas assistentes sociais tinha por objetivo estruturar ações com vistas a romper com práticas conservadoras, filantrópicas e assistencialistas que se faziam presentes nas OM (Organizações Militares), vinculadas principalmente às Primeiras-Damas, esposas dos Comandantes, que desenvolviam ações caritativas e filantrópica, interferindo na atuação das assistentes sociais.

Posteriormente, buscando padronizar as ações da Política de Assistência Social na Força Aérea Brasileira, foi instituído a portaria nº 93/GM3, de 24 de janeiro de 1985, o Sistema de Assistência Social (SAS), bem como a portaria nº 968, de 26 de novembro do mesmo ano, que instituiu o Fundo de Assistência Social (FAS) como provedor de recursos financeiros para Sistema de Assistência Social (SAS).

Em 1987, é criada a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), órgão normatizador do SAS, com subordinação direta à Diretoria de Intendência (DIRINT) com sede no Rio de Janeiro.

Desta forma, na década de 80, verificou-se grande avanço no tocante a política de assistência social na FAB.

Paradoxalmente, a década de 90, marcada pelo agravamento de uma crise econômica e social, subordinando o precário sistema de bem-estar social aos ditames da economia, tendo como orientação o Fundo Monetário Internacional (FMI), marcam retrocessos, tanto em termos políticos, quando no que se refere à compreensão do significado a abrangência das políticas sociais.

A partir do Governo Collor bem como dos governos que o sucedem, se evidencia o neoliberalismo enquanto ideário e a globalização como alternativas de desenvolvimento, onde as questões econômicas passam a ser prioridade evidenciando assim, um Estado máximo para o capital e mínimo para o social, explicitando que "(...) o princípio da universalização dos direitos sociais sempre foi uma falácia sob a ordem do capital" (ABREU, 2002:193).

A consolidação da política neoliberal tem promovido inúmeras transformações, ocasionando profundas conseqüências, com destaque para o aumento da desigualdade social e alterações radicais das formas de trabalho, através de configurações como a terceirização, flexibilização, contratos parciais, temporários, redução de postos de trabalho e outros.

Como bem destaca Yasbek, "o Serviço Social da década de 90 se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias, no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social" (YASBEK, 1999:29).

Essas alterações no mercado de trabalho também atingem o serviço social da FAB, com a extinção do quadro permanente de assistentes sociais (QFO). Desta forma, as novas contratações de Assistentes Sociais Militares será através da criação, em 1997, do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA). Estes profissionais são admitidos por concurso público, porém, só poderão permanecer na FAB, por no máximo 08 anos. Findo esse tempo, são compulsoriadas a deixarem a FAB.

Esse contrato temporário de trabalho promove uma inquietação no conjunto das profissionais, obrigando-as a buscarem concursos em instituições que lhes assegurem uma estabilidade no emprego, para que possam assim se dedicar exclusivamente ao seu exercício profissional.

Nos últimos sete anos ingressaram na Força Aérea Brasileira 57 assistentes sociais, sendo 52 militares e 05 civis. O número de assistentes sociais em janeiro de 2007 era de 108 profissionais, sendo 14 profissionais efetivos, integrantes do Quadro Feminino de Oficiais (QFO), 59 do Quadro de Oficiais Temporários (QCOA) e, 35 pertencentes ao Quadro de Pessoal Civil. (OLIVEIRA. et al, 2006, p 15)

Esta forma de ingresso, decorrente da flexibilização do mundo do trabalho coloca uma ambigüidade no quadro de profissionais assistentes sociais do Comando da Aeronáutica (COMAER), em face da existência do profissional efetivo: aquele que tem o emprego garantido por lei e, podendo ascender no plano de carreira possui direito a aposentadoria ao término do tempo de serviço, que atualmente é de 30 anos e, o profissional temporário, aquele que atualmente ingressa por intermédio de Concurso Público como Segundo Tenente, e que após 04 (quatro) anos é promovido a Primeiro Tenente e ao cômputo de 08 (oito) anos é compulsoriado a deixar a Força Aérea Brasileira.

Antes dos anos 90, o número de vagas oferecido por concurso para admissão de Assistentes Sociais girava em torno de quatro vagas por concurso. A partir de 2001, esse número passou para 10, chegando a 20, e mais 05 cinco vagas oferecidas num concurso para admissão de civis, realizado em 2005.

Ainda no ano de 2005, se verificou a saída de uma profissional integrante do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), e em 2006 uma profissional integrante do quadro de carreira foi transferida para outra Organização Militar (OM), deixando de compor a Divisão de Serviço Social. (Brasil: DIRINT, 2006:38).

A Diretoria de Intendência (DIRINT), Órgão Central do Sistema de Assistência Social vem mobilizando esforços no sentido de ampliar o número de profissionais Assistentes Sociais, fazendo levantamento junto às Organizações Militares (OM) e encaminhando ao Comando Geral de Pessoal (COMGEP) Órgão responsável pelo controle de pessoal no COMAER, informando a necessidade da ampliação do

número de vagas oferecido nos concursos, com vistas a ampliação do quadro de profissionais assistentes sociais na FAB, para que seja possível a expansão do atendimento aos demandantes integrantes dos Comandos Aéreos Regionais (COMAR) e das Bases Aéreas e Parques de Material, que estão desprovidos de profissionais de Serviço Social, possam a partir desta ampliação no número de profissionais dispor de pelo menos um Assistente Social em cada uma dessas Unidades para a implementação e desenvolvimento dos programas e projetos sociais.

Segundo a Diretoria de Intendência (DIRINT), Órgão Central do Sistema de Assistência Social (SAS) do Comando da Aeronáutica (COMAER), está tramitando no Congresso Nacional um projeto de Lei que prevê a criação do chamado "quadro de Apoio", que seria um quadro efetivo, absorvendo, por intermédio de concurso interno, parte dos profissionais que hoje pertencem ao Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA).

Sem dúvida, se isto se concretizar, será um avanço para o Serviço Social da FAB, ainda que possa não atingir a totalidade dos profissionais que ingressam no QCOA.

1.3 A CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL

A Diretoria de Intendência (DIRINT), conforme salientado anteriormente é o Órgão Central do Sistema de Assistência Social, cujo controle normativo faz parte das atribuições da Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), que desenvolve ações concernentes aos Programas de Assistência ao Trabalhador, quer seja militar ou civil, centraliza as questões orçamentárias dos Programas e Projetos Sociais, bem como as ações de Assistência Social.

As ações na DIRINT estão centralizadas em quatro divisões, conforme a Figura 2: Divisão de Encargos Assistenciais, Divisão de Encargos Diversos, Divisão de Intendência Operacional e a Divisão de Serviço Social, sobre as quais iremos discorrer.

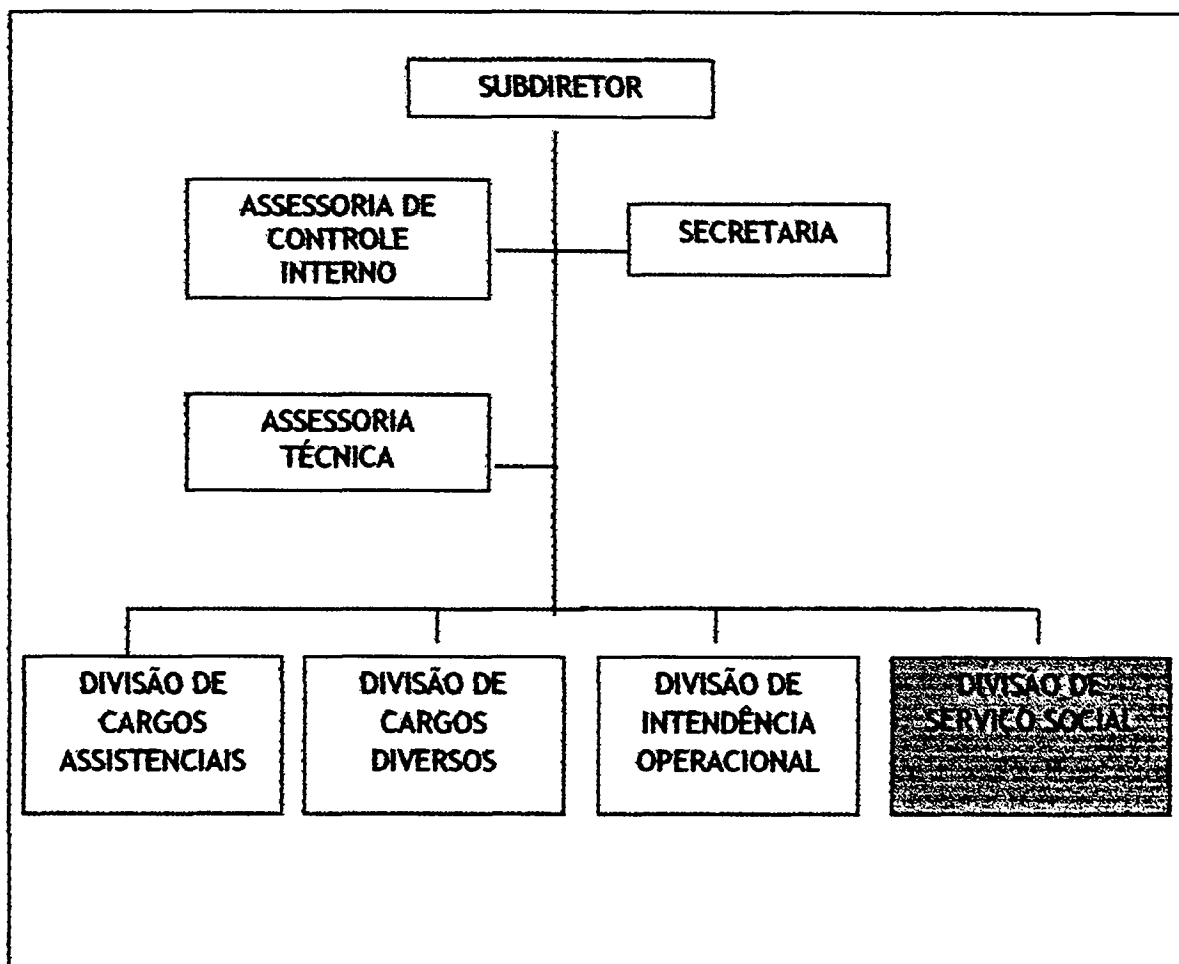


Figura 2: Organograma da Subdiretoria de Encargos Especiais

Fonte: (OLIVEIRA, et al, 2006, p. 20)

De acordo com o Regimento Interno da Diretoria de Intendência (DIRINT), Órgão Central do Sistema de Assistência Social (SAS) da FAB, a Divisão de Serviço Social possui as seguintes atribuições:

- a coordenação e supervisão das ações técnico-científicas dos profissionais de Serviço Social, no Comando da Aeronáutica (COMAER);
- a proposição da política de recrutamento de recursos humanos na área do Serviço Social;
- a apresentação do Plano Básico das Ações do Serviço Social no âmbito do COMAER;

- a proposição de uma política de qualificação sistemática e continuada dos profissionais de Serviço Social⁵;
- articulação com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, no âmbito do COMAER, ou fora dele, visando a elaboração do patamar mínimo de atendimento das necessidades básicas da população alvo das ações do Serviço Social;
- a contratação de assessoria e/ou consulta nos assuntos de natureza social e assistencial; e
- o gerenciamento e controle dos recursos do Fundo de Assistência Social.

Em relação ao item: contratação de assessoria nos assuntos de natureza social e assistencial convém salientar a contratação da Professora Luciana Patrícia Zucco, Doutora em programa de Saúde da Criança e da Mulher e Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado, contratada para prestar assessoria por quatro anos, a partir de 2001. Sua participação foi fundamental na implementação de ações sistemáticas, pautadas no Código de Ética da Profissão, tendo entre outros resultados, a revisão da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA), 161-1 de 1999, documento que versa sobre as ações da assistência social no âmbito da Força Aérea.

Com relação ao item: proposição de uma política de qualificação sistemática e continuada dos profissionais de Serviço Social podemos destacar os programas de intercâmbios que vem sendo realizados a partir de 2003, com a Alemanha, Argentina e Chile, tendo por objetivo: viabilizar uma análise comparativa da Assistência Social no Brasil e em outros países, bem como conhecer as ações sociais que vem sendo desenvolvidas e divulgar as políticas sociais e os programas sociais do Comando da Aeronáutica (COMAER).

Outra ação significativa no tocante à qualificação sistemática e continuada dos profissionais de serviço social se verificou no ano de 2006, quando a Subdivisão de Encargos Especiais financiou cursos de pós-graduação para dez (10) assistentes

⁵ A Portaria Normativa N° 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006, prevê recursos do Fundo de Assistência Social no sentido de financiar cursos de especialização, extensão e pós-graduação ao pessoal graduado em Serviço Social, objetivando assim, a proposição de uma política de qualificação sistemática e continuada dos profissionais de Serviço Social da FAB.

sociais do Comando da Aeronáutica, com recursos do Fundo de Assistência Social. (Brasil: DIRINT, 2006:67).

No tocante às atribuições da Divisão de Serviço Social, com relação ao item coordenação e supervisão das ações técnico-científicas, merecem destaque os dois trabalhos apresentados no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade em 2004, tendo como autoras: as Assistentes Sociais Nádia Regina Oliveira Queiros de Souza, Solange Barbosa Testa, Cristina Mota Damasceno, Ana Lúcia Santos de Oliveira, Valéria de Figueiredo Studart Maia de Almeida. As referidas autoras são integrantes do Órgão Central do Sistema de Assistência Social (SAS).

Objetivando uma reestruturação administrativa, a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) promoveu no fim dos anos 90, estudos sistematizados com grupos de profissionais Assistentes Sociais que atuam em diversas Organizações Militares (OM) da Força Aérea Brasileira; este estudo evidenciou a necessidade de promover uma reestruturação funcional na SDEE como forma de promover uma reordenação de suas ações. Para tanto, foi criada divisões distintas; uma para o trato das questões orçamentárias, financiamento e avaliação de metas, e outra, que ficaria a cargo de profissionais de Serviço Social, desenvolvendo ações específicas tais como a aplicação dos planos e projetos e os respectivos resultados junto ao público-alvo.

Estes estudos oportunizaram, no final dos anos 90, que a Divisão de Serviço Social ficasse inteiramente sob a administração dos profissionais do Serviço Social, haja vista serem os possuidores de um arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo capaz que desenvolver a contento as ações pertinentes.

Com a criação da Divisão de Serviço Social - DSS da Subdiretoria de Encargos Especiais a partir da publicação da Portaria. N° 10/ DIRINT, de 05 de agosto de 2004, que aprovou a adoção do Regimento Interno da Diretoria de Intendência, em caráter experimental, todas as atividades relacionadas ao Fundo de Assistência Social, acrescida à parte técnica, passaram a ser atribuição de nova Divisão de Serviço Social que passou a ser chefiada por uma Major do Quadro Feminino de Oficiais, da especialidade de Serviço Social.

O ano de 2006 consolidou a mudança de enfoque da Assistência Social dentro do Comando da Aeronáutica. Esse processo de transição iniciou-se em 2001, com estudos para a reformulação da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) de 1999, (que normatizava os procedimentos do Serviço Social na FAB) e que discorria quase que em sua totalidade aos assuntos concernentes a gestão financeira, da aplicabilidade do Fundo de Assistência Social voltada sobretudo para o campo da assistência através da concessão de benefícios sociais, deixando de contemplar ações de caráter preventivo, educativo e promocional. A necessidade de mudanças nesta legislação passou a ser a tônica para as profissionais de serviço social na Força Aérea que, atentas aos rumos do Serviço Social brasileiro, buscaram romper com possíveis práticas clientelísticas e conservadoras da profissão na FAB.

Sensível às transformações societárias e aquiescentes às mudanças teórico-metodológicas da profissão, o Comando da Aeronáutica aprova a criação de duas novas Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), a de número 161-1, e 163-1 de 22 de fevereiro de 2006; a DIRINT/SDEE enfatizou a necessidade de conduzir as atividades do Sistema de Assistência Social da Aeronáutica dentro de uma perspectiva mais contemporânea, buscando afastar-se da visão filantrópica e caritativa que marcou o serviço social tradicional no Brasil.⁶

Mas, quais são efetivamente as atribuições das assistentes sociais na DIRINT/SDEE? . É isso que veremos no capítulo a seguir.

⁶ Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) n° 161-1 e 163-1 de fevereiro de 2006, supra citadas reuni um conjunto de normas que estabelecem as diretrizes para a assistência social no âmbito do Comando da Aeronáutica.

2 ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO ÓRGÃO CENTRAL: DIRETORIA DE INTENDÊNCIA /SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS

De acordo com a Instrução do Comando da Aeronáutica ICA N° 163-1/2006, o público alvo da Política de Assistência Social da Força Aérea Brasileira são:

- a) militares da Aeronáutica ativos, inativos e seus dependentes;
- b) servidores civis da Aeronáutica ativos e inativos que contribuam para o Fundo de Assistência Social do Comando da Aeronáutica e seus dependentes;
- c) pensionistas de militares; e
- d) pensionistas civil.

O Fundo de Assistência Social (FAS), do Comando da Aeronáutica (COMAER), é formado a partir da contribuição compulsória por parte dos militares e voluntária por parte dos civis, bem como dos valores descontados destes em virtude dos benefícios concedidos mediante ressarcimento integral ou parcial, além do percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) da contribuição previdenciária dos militares, e da contribuição voluntária dos servidores civis referente a 1% (um por cento) do menor vencimento básico fixado no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e o percentual de 3% (três por cento) sobre o montante dos descontos mensais recolhido em favor das entidades consignatárias como forma de indenização pelo custo com o processamento das consignações autorizadas. É importante salientar que, mesmo sendo compulsoriado a contribuir para o FAS/COMAER, o acesso aos benefícios seguem critérios de seletividade e meritocracia.

Para o atendimento aos servidores e seus dependentes os primeiros Projetos implantados foram: o Projeto Alimentação, e o Projeto Saúde. A partir da implantação desses Projetos se verificou uma grande demanda, evidenciando que as expressões da questão social perpassam diversas camadas da sociedade, inclusive no quadro de militares e seus dependentes, estando também estes expostos a vulnerabilidade social. Diante desta realidade o Órgão Central do SAS, promove ampla reformulação na legislação que rege as ações do Serviço Social no

COMAER, o que possibilita a implementação de programas e projetos com vistas a atender um maior seguimento de servidores e seus dependentes, através de ações preventivas, sócio-educativas e promocional. Este conjunto de ações possibilitam a implantação do Plano de Ação de do COMAER, conforme Figura 3.

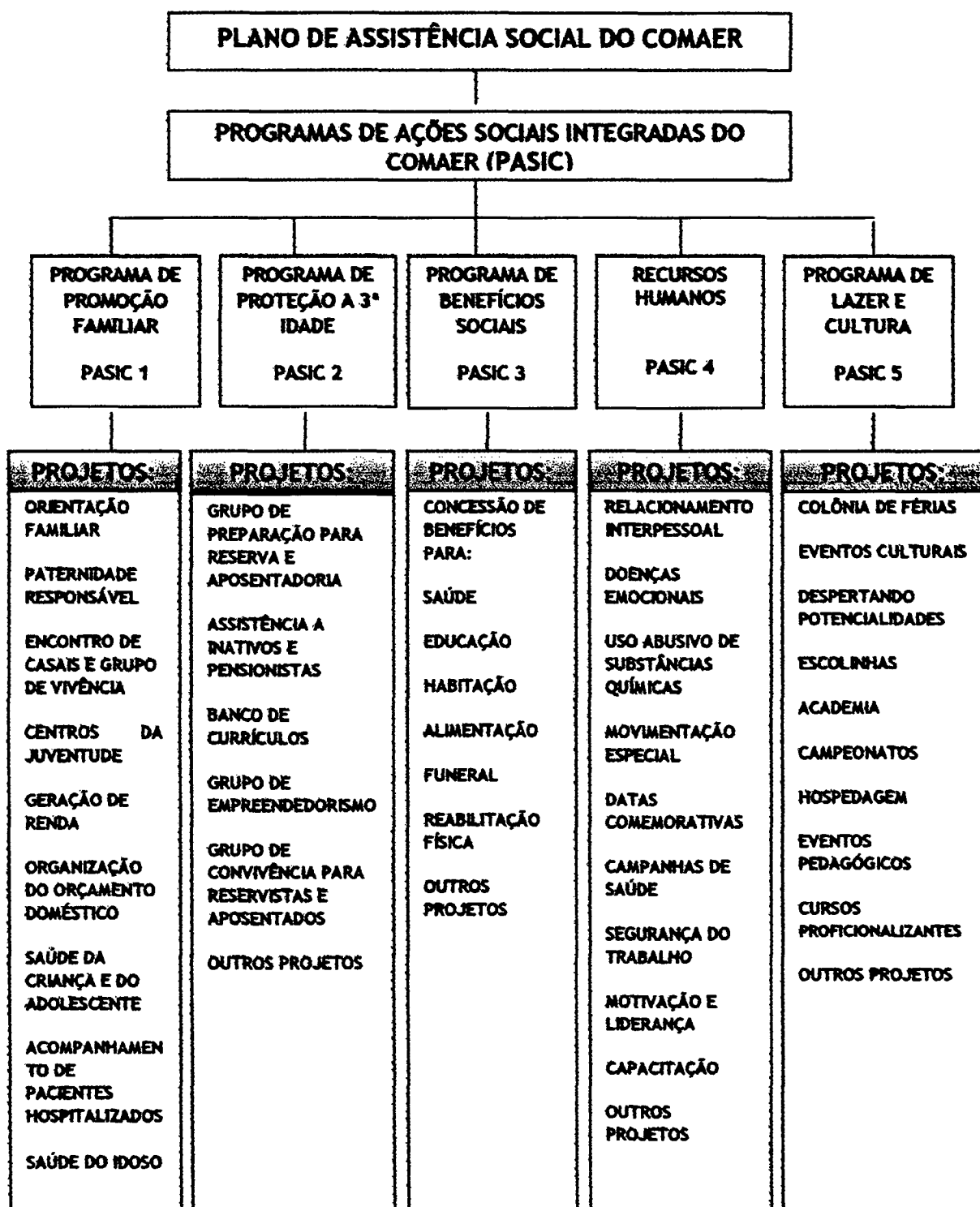


Figura 3: Organograma do Plano de Assistência Social do COMAER

Fonte: Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) 163-1/2006, p.29

O referido Plano é fruto de um levantamento realizado junto às assistentes sociais nas diversas Organizações Militares da FAB, para conhecer as dificuldades e sugestões das profissionais diante das demandas apresentadas pelos servidores e seus dependentes.

Posteriormente foi realizado um encontro nacional ocorrido nos anos de 2003 e 2004, que resultou em um plano de ação que visa contemplar um grande seguimento de demandantes nas suas mais diversas situações. Para tanto, basta que as assistentes sociais em suas respectivas Organização Militar (OM) identifiquem o (os) projeto (os) que se aplicam as respectivas demandas da OM e informe ao Órgão Central para o devido registro, acompanhamento das ações e, se necessário a liberação do recurso financeiro para a implementação.

Também a reformulação na legislação (ICA 161-1 DE 2006) estabeleceu a criação de Comitês Regionais, Fórum Nacional, e Simpósios de Serviço Social, com o objetivo de avaliar e indicar conjuntamente as intervenções e o impacto das ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Força Aérea Brasileira.

Nas Organizações Militares (OM) o atendimento a servidores e seus dependentes se dá por intermédio de uma entrevista agendada com a assistente social, onde se verifica o grau de comprometimento sócio-econômico deste e a partir disso se faz a concessão do benefício, podendo ser uma concessão total sem ônus para quem está pleiteando, como poderá ser um atendimento onde os servidores ou dependentes restituirão totalmente ou parte do valor do benefício; neste caso, os percentuais deverão variar de 30% (trinta por cento) a 100% (cem por cento) sobre o valor total do benefício concedido⁷.

Os valores restituídos pelos servidores e dependentes poderão ser em parcelas a serem descontadas no contracheque. Em se tratando de usuário militar e seus dependentes o desconto se fará por meio da Caixa Consignatária (L-11); quando se tratar de servidor (a) civil, e seus dependentes o desconto se dará por intermédio do Rubrica (62003). Estes valores serão recolhidos ao Fundo de Assistência Social da DIRINT. Tais procedimentos constam da ICA 161-1 de 2006.

⁷ Conforme Anexos A, B, C e D.

De acordo com o Regimento Interno da Diretoria de Intendência (DIRINT), a Divisão de Serviço Social (EE4) – tem por atribuição:

- A coordenação e supervisão das ações técnico-científicas dos profissionais de Serviço Social, no Comando da Aeronáutica (COMAER);
- a proposição da política de recrutamento de recursos humanos na área do Serviço Social;
- a apresentação de Plano Básico das Ações do Serviço Social no âmbito do COMAER;
- proposição de uma política de qualidade sistemática e continuada dos profissionais de Serviço Social, no âmbito do COMAER, ou fora dele, visando a elevação do patamar mínimo de atendimento das necessidades básicas da população alvo das ações do Serviço Social ;
- a contratação de assessorias e/ou consultoria nos assuntos de natureza social e assistencial; e
- o gerenciamento e controle dos recursos do Fundo de Assistência Social (FAS).

De Acordo com a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) N° 163-1, compete a Organização Executora, por intermédio de seu gestor social, em sua área de competência, dentre outras previstas em instruções, normas e regulamentos:

- a) Elaborar, implementar e avaliar os programas de ações sociais integrados, proposto na (ICA) 163-1/ 2006;
- b) Formular o planejamento, bem como o relatório anual dos programas e projetos de ações sociais que executa;
- c) Zelar pelo cumprimento das normas emitidas pelo Órgão Central do Sistema;
- d) Sistematizar e analisar dados estatísticos, e fornecer relatórios conclusivos sobre os estudos realizados, periodicamente, dentro dos prazos estipulados ou quando solicitados; e
- e) Elaborar Norma Padrão de Ação (NPA) sobre as atividades do setor de Serviço Social ou Assistência Social.

Conforme já salientado, existe no Órgão Central um número diversificado de programas e Projetos sociais a serem desenvolvidos nas Organizações Militares da FAB. Entretanto, nem todos os programas e projetos sociais são

desenvolvidos em todas as OM da FAB. É a realidade local quem determina quais devam ser implantados. Assim, passaremos a conhecer as ações desenvolvidas pelo Serviço Social na Base Aérea de Florianópolis.

2.1 ATRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

De acordo com registros da Seção de Comunicação Social da Base Aérea, a história da organização em Florianópolis teve início nos primórdios dos anos 20. Sua criação se deu a partir de um estudo minucioso entre o Alto Comando da Marinha e do Exército que, na época, estavam desenvolvendo uma linha aérea que ligaria as cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

No decreto de 10 de maio de 1923, o Almirante Alexandrino Faria de Alencar estabelecia o Centro de Aviação Naval de Santa Catarina que, no mesmo ano, começava a receber equipamento e efetivo para a sua construção. Mas, somente em 1932 o Centro recebe seu primeiro avião para manobras e treinamento: um monomotor biplano.

Como vimos no histórico da FAB, no início da década de 40, houve um crescimento da aviação civil e militar. A criação de várias pistas de pouso e linhas aéreas foi suficiente para que, no dia 20 de janeiro de 1941, fosse criado o Ministério da Aeronáutica reunindo, então, toda a responsabilidade de coordenar e ampliar a dominação do espaço aéreo brasileiro.

A partir desta data, a Base de Aviação Naval de Santa Catarina passa a se chamar Base Aérea de Florianópolis e os militares que aqui prestavam seus serviços acabaram permanecendo – substituindo apenas a farda que usavam pelo uniforme da recém criada Aeronáutica.

Com o decorrer dos tempos e com as crescentes necessidades provocadas pelo progresso da Aeronáutica, esta foi recebendo diferentes denominações e missões; em 10 de maio de 1923 - Centro de Aviação Naval; em 20 de janeiro de 1941, com criação do Ministério da Aeronáutica, passou para a denominação de Base Aérea de Florianópolis; em 21 de agosto de 1941 – Base Aérea de Segunda Classe, em 1942 - 14º Corpo de Base Aérea; em 1º de Outubro de 1947 - Destacamento de Base Aérea de Florianópolis; em 30 dezembro de 1970 - retornou

a Base Aérea de Florianópolis; em Janeiro de 1972 – Incorporou o 2º/10º Grupo de Aviação e a partir de fevereiro de 1982, passou a abrigar o 2º/7º Grupo de Aviação o Esquadrão PHOENIX.

A Base Aérea de Florianópolis é uma das Organizações Militares de natureza pública pertencentes ao Comando da Aeronáutica. Este possui um grande número de Organizações Militares por todo o Brasil, e com um contingente expressivo de militares e funcionários civis. Todavia, ainda existe um grande número de Organizações Militares sem a presença do profissional assistente social.

Com vistas em mudanças nessa realidade, a DIRINT através da Divisão de Serviço Social, vem empreendendo esforços para que possa haver em um futuro próximo a presença de um profissional assistente social em cada Organização Militar. Uma mostra deste esforço pode ser visto com a ampliação do Quadro de Profissionais Assistentes Sociais, que em 2002 era de 58 profissionais, passando para 108 em 2007. Todavia, esse acréscimo no número de profissionais assistentes sociais não foi suficiente ainda para que cada Organização Militar da Força Aérea possa contar com a presença de um assistente social, porém, possibilitou a expansão do atendimento a sete Organizações militares, sendo a Base Aérea de Florianópolis uma das unidades que passou a contar com a presença de uma profissional Assistente Social como integrante do efetivo, oportunizando assim, o atendimento do serviço social ao contingente local.

Assim, o ano de 2006 é um marco para a Base Aérea de Florianópolis no que concerne à Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica, mais exatamente, a partir de 20 de julho de 2006, com o ingresso em seu efetivo da Segundo-Tenente Assistente Social integrante do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, Assistente Social Sheila de Nazaré de Matos Santos, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com Pós Graduação em Recursos Humanos. A Seção de Serviço Social da Base Aérea de Florianópolis está subordinada administrativamente ao Esquadrão de Pessoal.

As ações da assistência social bem como as demais seções são regidas pela Norma Padrão de Ação (NPA) da Unidade, onde constam suas respectivas atribuições, quais sejam:

- a. Planejamento, a coordenação e a execução das atividades do Serviço Social;
- b. Atendimento, avaliação e a priorização das necessidades do efetivo;

- c. Estudo, avaliação e a priorização das necessidades do efetivo;
- d. Atendimento e o acompanhamento de casos sociais;
- e. Realização de entrevistas individuais em local próprio e reservado, para estudo da realidade do usuário, com a finalidade da concessão de benefícios;
- f. Realização de entrevistas domiciliares, quando necessária à complementação de dados indispensáveis à intervenção profissional.

De acordo com as informações contidas nas Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) de nº 161-1e 163-1 de 2006, os Projetos desenvolvidos na Base Aérea de Florianópolis são:

Projeto Saúde: consiste na aquisição de medicamentos, concessão de aparelhos odontológicos, auditivos, óculos, lentes, próteses e órteses e aparelhos correlatos; e prestação de serviços por profissionais e instituições de saúde.

Projeto Alimentação: compreende a aquisição de cestas básicas para atender aos servidores seus dependentes e pensionistas das ações sociais do COMAER, de conformidade com os recursos disponíveis na Organização Militar (OM), tendo o valor do salário mínimo com teto máximo. Na composição da cesta básica, deverá ser considerado o tamanho da família e a cultura alimentar da região.

Em breve será implantado o Projeto Educação que irá permitir a aquisição de material, livros e uniformes escolares, para o público alvo das ações sociais do COMAER.

Também são atribuições do Serviço Social na Base Aérea de Florianópolis: normatizar os procedimentos relacionados com o planejamento e a execução das atividades voltadas para a área assistencial, através de programas que venham proporcionar o bem estar social aos servidores civis e militares da BAFL de acordo com a ICA 161-1, de 08 março de 2006 (Encargos Assistenciais).

A Seção de Assistência Social que antes não dispunha de um local de trabalho adequado passou a partir de 2007, a dispor de novas instalações, com mobiliário novo, duas salas climatizadas, telefone, dois computadores, sala de espera para os usuários, enfim, um local adequado ao exercício profissional como determina o CFESS. Também no mesmo prédio encontramos profissionais da área de fonoaudióloga, psicologia e psiquiatria, que enriquecem o trabalho multiprofissional estabelecido pela FAB.

O Organograma a seguir (Figura 4) permite localizar a Seção de Assistência Social no âmbito da Base Aérea de Florianópolis.

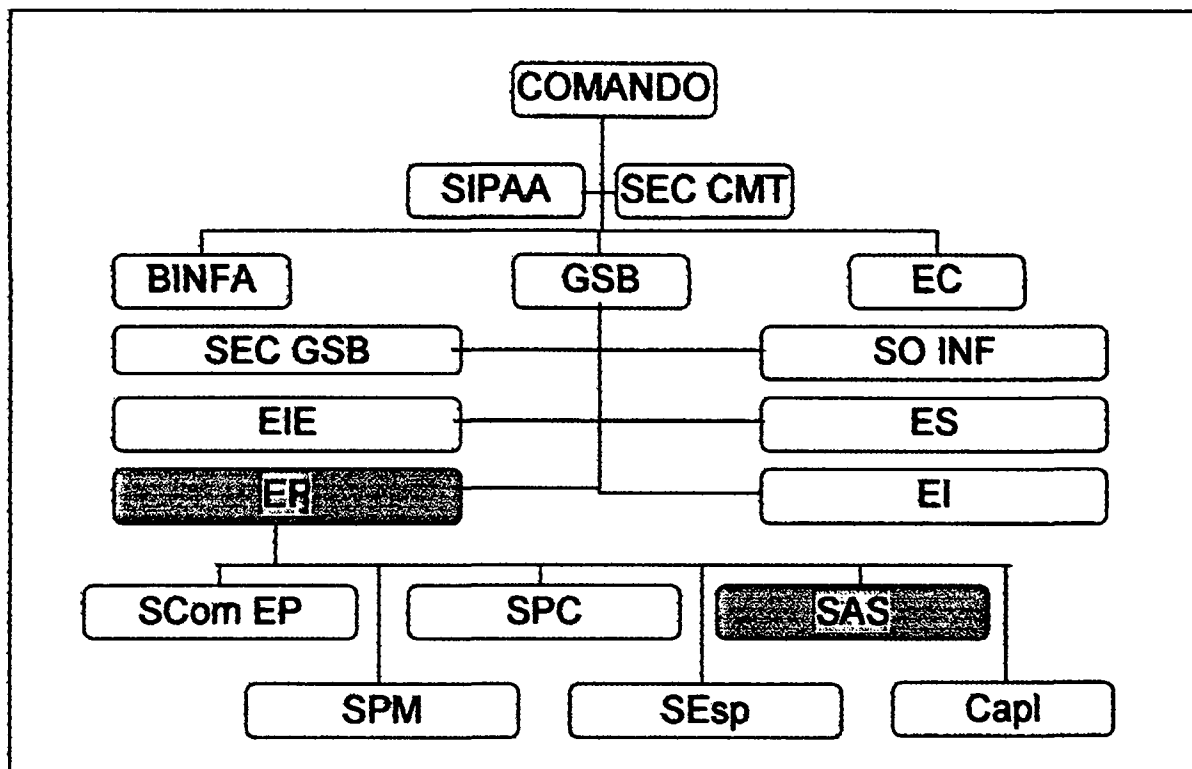


Figura 4: Organograma da Base Aérea de Florianópolis
 Fonte: Adaptado de BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS (2008).

SIPAA – Seção de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
 SEC CMT – Secretaria do Comandante da Base Aérea
 BINFA – Batalhão de Infantaria
 GSB – Grupo dos Serviços de Base
 EC – Esquadrão de Comando
 SEC GSB – Secretaria do Comandante do Grupo de Serviço de Base.
 SO INF – Seção de Operações de Informática
 EIE – Esquadrão de Infra-Estrutura
 ES – Esquadrão de Saúde
 EI – Esquadrão de Intendência
 EP – Esquadrão de Pessoal
 SComEP – Secretaria de Comando do Esquadrão Pessoal
 SPC – Seção de Pessoal Civil
 SAS – Seção de Assistência Social
 SPM – Seção de Pessoal Militar
 SEsp – Serviços especiais
 Capl – Capelania

As ações desenvolvidas pelos Assistentes Sociais, seja na Base Aérea de Florianópolis, seja na FAB como um todo, são voltadas para o público interno no caso os servidores civis e militares bem como seus respectivos dependentes e as (os) pensionistas de militares, inicialmente se detinham a eliminar os focos de

tensões entre gestor e servidor, garantir a produtividade, atuando em relações humanas no trabalho viabilizando benefícios.

Entretanto, as novas conformações do mundo do trabalho trazem novos desafios à profissão.

A Força Aérea Brasileira, no tocante a atuação do profissional assistente social, não ficou imune a estas transformações ocorridas. No período compreendido entre 1946 a 1981, o serviço social era desenvolvido por profissionais civis. A partir 1982 deu-se o ingresso das primeiras assistentes sociais militares integrantes do Quadro efetivo (QFO), hoje possivelmente no posto de Tenente Coronel. Todavia, uma mudança na legislação criou nova forma de contratação, onde o profissional é admitido por intermédio de Concurso Público, como se dava anteriormente, contudo, agora na condição de prestação de serviço temporário (QCOA), por um período máximo de oito anos de permanência. Ao término desse período será desligado do efetivo, evidenciando o caráter de provisoriedade.

O exercício profissional do Assistente social da FAB, por se tratar de uma organização pública militar, é permeado por peculiaridades distintas, visto que precisa ser devidamente competente para o trato dos assuntos que lhe é atinente no tocante a profissão, além de desenvolverem atividades de cunho específico da atividade militar, tais como, participar da escala de serviço, (Oficial de Dia) por um período ininterrupto de 24 (vinte quatro horas), integrar comissão de sindicâncias, escala de representação, (o militar é escalado a comparecer em solenidades de cunho cívico militar), além da realização de prestação mensal de contas dos recursos financeiros sob sua responsabilidade, bem como o acúmulo de Chefias de outras Seções. A partir do momento em que está desenvolvendo uma dessas atividades, deixa de dar continuidade as ações atinentes ao serviço social.

Dado o caráter da contratação temporária a empregabilidade é da mesma forma geradora de insegurança e incerteza ao profissional. Notadamente, a precarização na relação do trabalho, em particular aos assistentes sociais temporários da Força Aérea Brasileira é um componente presente.

É sobre isto que nos debruçaremos no capítulo que segue.

3 DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO SETOR PÚBLICO MILITAR

A inserção profissional de assistentes sociais em órgãos públicos segundo Lima (1982) ocorreu em São Paulo, por intermédio da criação do Departamento de Assistência Social, em 1935, órgão oficial cuja função era dirigir o serviço social público e coordenar todas as atividades de assistência social de instituições particulares.

Ate final dos anos 70, a atuação profissional pautava-se numa prática conservadora e de integração social. No início dos anos 80, quando o serviço social assume uma outra orientação teórica, agora nos marcos da matriz marxista, já se afirmava a importância da leitura crítica da realidade.

Assim, com o avanço da profissão, entendida esta como partícipe do processo de trabalho instituído na sociedade capitalista avançada, o desafio do Assistente Social é o, dentre outros, de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar direitos, mediante as demandas postas à profissão.

Entende-se ser preciso sintonizar o Serviço Social nos novos tempos, uma vez que a reestruturação produtiva e a instauração de um novo ciclo do capitalismo têm-se traduzido socialmente, dentre outros fenômenos, na precarização das condições de vida e de trabalho, implicando novas configurações à questão social.

Considerando as afirmações acima, busca-se aqui apontar os atuais desafios postos ao Assistente Social no Setor Público, em particular no setor Público Militar, em especial no Comando da Aeronáutica. Consideraremos desafios internos ao exercício profissional: a burocracia; o acúmulo de funções a que está submetido o assistente social face o caráter militar desta instituição pública; a contribuição compulsória versus atendimento seletivo.

Já os desafios de natureza externa à profissão, no setor público militar, destacaremos a questão da captação de recursos financeiros que possibilite o desenvolvimento de políticas e programas sócio-assistenciais efetivos aos sujeitos demandantes, em especial a política de assistência social, bem como o contrato

temporário de trabalho a que está submetido uma grande parcela de profissionais da FAB.

Assinalamos que neste trabalho destacaremos apenas estes cinco desafios, em face da complexidade dos mesmos, ainda que tenhamos ciência que a lista desses é enorme e de igual complexidade de reflexão.

3.1 A BUROCRACIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ASSISTENTE SOCIAL

De acordo com Gasparini (1995), a etimologia do vocábulo administração vem de *manus*, *mandare* (cuja raiz é *man*) e nos dá a natural idéia de comando, orientação, direção e chefia. No entanto, entende-se também a sua origem ligada a *minor*, *minus* (cuja raiz é *min*), que nos dá a noção de subordinação, obediência e servidão.

Bandeira de Mello (1979 apud Di Pietro, 1994), indica duas versões semelhantes para a origem do vocábulo administração. Uma, vem de *ad* (preposição) somado a *ministro*, que significa servir, executar. A outra vem de *ad manus trahere*, que envolve a idéia de gestão ou direção.

Independente da perspectiva que se adote, nota-se que o vocábulo abrange tanto a atividade superior de planejar e dirigir, como a atividade subordinada de executar, com o objetivo de obter um resultado útil.

Entretanto é relevante entender como diferenciados os conceitos de Administração Pública e Governo. Este, segundo Ferreira (1996), representa o conjunto de Poderes e Órgãos constitucionais, o complexo de funções estatais básicas cuja expressão é a política de comando, de iniciativa, de fixação dos objetivos do Estado e de manutenção da ordem vigente.

Já a Administração Pública compreende as atividades do Estado destinadas à satisfação concreta dos interesses públicos. Comparativamente, pode-se dizer que

governo é atividade política; administração é atividade, vinculada à lei ou norma técnica. Assim, a *Administração* é o instrumental de que dispõe o *Estado* para pôr em prática as opções políticas do *Governo*.

Para Ferreira (1996) a Administração Pública é “o conjunto de entidades e de órgãos incumbidos de realizar a atividade administrativa visando à satisfação das necessidades coletivas e segundo os fins desejados pelo Estado”.

Para o senso comum, a administração pública é entendida como organização dos serviços centrais do Estado; o Governo, com seus ministérios, secretarias e as repartições públicas. Para o autor em tela, essa idéia é parcialmente verdadeira, já que o Estado (principal entidade dentre as que integram a administração) é apenas uma parte da administração pública em um conjunto. Esta não se limita ao Estado, mas é integrada por muitas outras entidades e órgãos de execução.

Por outro lado, considera-se servidor público quem trabalha para a administração pública em caráter profissional, não eventual, com vínculo de subordinação e dependência, recebendo remuneração paga diretamente pelos cofres públicos. Na categoria servidores, estão as pessoas que exercem funções burocráticas, serviços braçais, trabalhos técnicos de pequena ou de grande complexidade.

Pode-se distinguir dentro do gênero servidores públicos, duas espécies principais, que são: os funcionários públicos - em sentido próprio, estrito, correspondente a um conceito descrito pela Constituição e pelas leis - e os servidores temporários admitidos no serviço público para executar tarefas supostamente temporárias. Na prática, porém, essa diferença não existe, e todos os que trabalham na prestação de serviços públicos acabam sendo tratados por “funcionários públicos”.

Autores que escrevem sobre as ações administrativas do Estado entendem que estas devam estar, a serviço dos cidadãos e trabalhadores, assegurando qualidade e eliminando excessos burocráticos que comprometem a agilidade dos serviços prestados aos servidores. A gestão pública deve ser capaz de tornar-se efetiva, ética,

participativa, descentralizada, transparente, com controle social e orientada para o cidadão.

Entretanto, sabe-se que esta não é a realidade que circunscreve o cotidiano do serviço público, independente da esfera de abrangência. A burocracia, face seus excessos, tem sido um elemento presente que emperra uma gestão pública efetiva, ética e participativa, descentralizada e transparente, com controle social e orientada ao cidadão, como já afirmado acima.

De acordo com Albuquerque (2006), burocracia vem do termo latino *burrus*, que indicava uma cor escura e triste. Tal expressão teria dado origem a palavra francesa *bure*, cujo significado remetia a um tipo de tecido posto sobre escrivaninhas em repartições públicas.

Esta terminologia, muito usada no sentido negativo, significando uma administração repleta de formalismos, pesada, com desnecessários procedimentos e permeada de muitas divisões, mais contribui para afastar o cidadão do Estado do que para assegurar a este a garantia do direito previsto nas várias legislações, políticas programas e projetos sociais.

A questão da burocracia marca sobremaneira o exercício profissional no setor público, inclusive o do Serviço Social na FAB. Neste caso, as implicações aos demandantes dos serviços e programas sociais oferecidos atingem diversos níveis; a primeira diz respeito à entrevista social, onde o usuário precisa primeiramente agendar junto ao (a) assistente social; a segunda se verifica na quantidade de documentos para o atendimento, inclusive os comprobatórios da condição de comprometimento de sua renda, o que pode levar o usuário a uma situação de maior constrangimento ainda; a terceira diz respeito aos trâmites administrativos que envolvem o Processo Social, e o aguardo, em certos casos, do processo licitatório para aquisição do benefício visto que nem sempre o benefício está disponível para ser fornecido, dependendo da especificidade da situação.

Ao profissional assistente social, esta burocracia acarreta acúmulo em suas

atividades, tendo que acompanhar cada fase da tramitação dos documentos. Quando da interpelação do demandante acerca da demora na concessão do benefício, o profissional por vezes não pode responder com exatidão quanto tempo será necessário para a efetivação dos procedimentos administrativos, uma vez que o desenrolar do processo não depende exclusivamente de sua vontade profissional. Com isto, uma solicitação dos serviços e programas sociais oferecidos aos funcionários e seus dependentes, na FAB, pode demandar um longo período entre a entrevista social e a entrega do benefício.

As implicações deste processo burocrático são inúmeras. Mas, o que aqui queremos destacar é a consolidação da idéia por parte dos demandantes de benefício social enquanto favor, sendo assim pode ser demorado, moroso. Tal processo reforça o sentimento de abandono, de descrédito pela coisa pública, e pela sua efetividade. Sabidamente, não é esta a proposta do assistente social e sim, ter no demandante (usuário) enquanto sujeito de direito, a partir de políticas sociais com vistas a sua emancipação.

É fato que com o objetivo de *minorar esta realidade*, os assistentes sociais da FAB têm realizado simpósios anuais onde cada profissional tem a oportunidade de expor as dificuldades encontradas em sua OM para o desenvolvimento das ações sociais e participar com sugestões para o enfrentamento da questão.

Entretanto, a ênfase dada ao tecnicismo, à burocracia de formulação e controle dos procedimentos tende a colocar inúmeras dificuldades no acesso aos serviços oferecidos pelo Serviço Social da FAB.

Entendemos que o acesso a programas e projetos sociais devam ser vistos como um processo de aprendizagem de construção de cidadania, e não como um produto técnico burocrático somente. A importância deste processo se dá principalmente na forma como ele é efetivado, desde seu início, através de informações precisas, transparência, ética, e vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para os sujeitos envolvidos, levando-os continuamente ao aprendizado de cidadania.

3.2 O ACÚMULO DE FUNÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NO SETOR PÚBLICO MILITAR

O Setor Público Militar possui especificidades próprias, calcada em rígidos pilares de disciplina e hierarquia. Isto se materializa no Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAER) que orienta a conduta militar nas relações para com seus superiores hierárquicos e pares, seja na “caserna”, seja na vida social.

Segundo o referido regulamento, a inobservância de qualquer item deste, torna o militar passivo de punição. Ser disciplinado é agir em conformidade com as leis, regulamentos e normas cuja finalidade é nortear procedimentos com vistas a alcançar objetivos propostos; a observância a hierarquia se configura no acatamento as ordens emanadas pelos superiores hierárquicos.

Para o desenvolvimento das atividades na Organização Militar é necessária a presença de vários profissionais nas mais diversas especialidades, assim como ocorre em outras instituições.

Todavia, no quartel o profissional é antes de tudo um militar, e como tal, deve desempenhar ações específicas desta atividade o que compreende: compôr a Escala de Serviço (uma atividade que tem por objetivo guarnecer a O.M, em tempo integral). Esta escala é composta por Soldados, Cabos, Sargentos, Tenentes e Capitães, o que no quartel chama-se guarnição de serviço.

A participação do militar nesta escala segue uma periodicidade ou um rodízio de acordo com o número de componentes, tendo sua atuação por um período ininterrupto de 24 h (vinte e quatro horas). Nesta oportunidade o militar deixa de desenvolver sua atividade profissional específico.

Conforme salientado no capítulo anterior, o assistente social na FAB é um oficial, em sua maioria Tenente. Assim, este profissional é chamado a compôr sindicâncias internas na organização, participar, quando escalado, na composição da Guarda

Bandeira, em solenidades militares de maior vulto dentre outras atividades concernentes à sua condição militar.

Como gestor de Encargos Especiais deve realizar mensalmente a prestação de contas referente aos recursos financeiros sob sua responsabilidade. Em determinadas Unidades da FAB, Integra ainda, como Membro permanente, a Comissão de Funeral, cuja função é informar a quem de direito o óbito ocorrido, função esta que só deixou de ser privativa do assistente social da FAB, a partir da reformulação da ICA 161-1 de 22 de fevereiro de 2006. Atualmente os militares são escalados para permanecerem por seis meses na aludida comissão.

Quando um militar é chamado a desempenhar quaisquer uma das funções supracitadas, ele deixa de desenvolver a atividade específica, o que acaba acarretando uma sobrecarga. No caso específico do assistente social isto tem rebatimento direto nos sujeitos demandantes dos serviços sócio-assistenciais de responsabilidade do serviço social.

3.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA

Ao discorrermos sobre a questão da captação de recursos da Assistência Social do COMAER, faz-se necessário informar as fontes deste custeio, desta forma os recursos são advindos dos.

Ressarcimentos descontados dos usuários e recolhidos a DIRINT/SDEE através da Caixa Consignatória L-11, isso quando se trata de demandantes militares, e Rubrica 62003, quando o demandante for servidor civil; tais descontos são decorrentes dos benefícios sociais concedidos com recursos do FAS/ DIRINT.

O percentual de 0,1% (zero vírgula um por cento) da Contribuição Previdenciária dos militares recolhidos á SDEE através da Caixa Consignatória L-30

A contribuição voluntária dos servidores civis, cujo percentual é de 1% (um por cento) do valor do menor vencimento básico fixado no âmbito da Administração Federal direta, autarquia e fundacional:

O percentual de 3% (três por cento) sobre o montante dos descontos mensais recolhidos em favor das entidades consignatárias, a título de indenização do custo com processamento de dados das consignações autorizadas. (Brasil: DIRINT, 2006 : p.40)

Observamos pois, que a Força Aérea Brasileira, no desenvolvimento de sua Política de Assistência Social, não conta com recursos financeiros da União e que, parte significativa destes recursos são advindos da contribuição compulsória dos militares e pelo ressarcimento dos benefícios concedidos aos demandantes.

Ao ser compulsoriado a participar como um dos provedores de recursos para a assistência social o militar deveria ter seu atendimento garantido e sem a necessidade de ressarcimento pelo benefício concedido, mesmo porque, benefício é algo a que se recebe sem a necessidade retribuição ou de pagamento. Se considerarmos que a Assistência Social é uma Política não contributiva, a luz do Art. 203 da Constituição Federal, esta forma de captação compulsória de recursos desenvolvida da FAB, se aplicaria melhor aos benefícios da previdência social.

Entendemos que novas propostas de recursos financeiros devam ser buscadas junto às entidades governamentais, para que possa haver um aporte de recursos mais consistente e que possa desonerar o demandante das ações da Assistência Social da FAB.

3.4 A POUCA DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS OFERECIDOS

A política de assistência social é uma política de estado, que se afirmou enquanto política muito recentemente. Pouco publicizada, não conseguiu ainda romper completamente o caldo cultural de viés conservador que a circunscreveu. Como ela, existem muitos outros serviços oferecidos (enquanto direitos) à população

e que não ganham visibilidade em função da ausência quase total de sua publicização junto a sociedade e em especial aqueles a quem esses serviços são destinados.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.”

Sabemos que a construção da cidadania passa pelo acesso a informação, enquanto instrumento possibilitador da emancipação dos sujeitos. Ao ter conhecimento de seus direitos e conseqüentemente, acesso a determinado serviço ou prestação de serviço, os sujeitos demandantes passam a usufruir destes, e começam reivindicar melhorias nestes serviços.

Como política social pública, a assistência social opera no campo dos direitos, da universalidade dos acessos e da responsabilidade estatal. De acordo com (SPOSATI, 1998: 36)

Existem duas grandes concepções de assistência social: uma primeira que “concebe a assistência social como a política para os que não conseguem ser consumidores no mercado, os pobres. Neste caso, a política de assistência social é um campo de generalidades, pois provê de tudo precariamente aos que menos têm. Neste sentido, ela não chega a ter um corpo próprio mas é, sim, transversal a todas as políticas públicas sociais”; a segunda concepção, que é derivada do entendimento do constituinte que alçou a assistência social ao estatuto de seguridade social, supõe definir os riscos, as coberturas de proteção social com que a política de assistência social se ocupa” (Oficina sobre Mínimos Sociais⁸, 1998)

O Sistema de Assistência Social FAB está bastante distante desta segunda concepção apresentada por Sposati (1998). Neste sentido, dotar os sujeitos demandantes de informações acerca dos programas e projetos e ações desenvolvidos no âmbito da assistência social da FAB, passa inclusive pela necessidade de se promover palestras por todas as Organizações Militares do COMAER, pois o entendimento de muitos em relação a assistência social ainda é

⁸ A Oficina sobre mínimos Sociais, realizada pela Secretaria de Assistência Social com o APOIO DA Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), contou com a presença de vários estudiosos do tema. Fizeram parte da oficina três mesas-redondas realizadas no final de 1997 e início de 1998. Os trabalhos da referida oficina foram publicados pela Fundap, em parceria com a SAS, no ano de 1999.

vista como um favor ou, uma benemerência voltada para o atendimento aos pobres e não como um direito assegurado em lei.

3.5 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Juntamente com o novo paradigma tecnológico da flexibilização produtiva, surgem novas regras de organização do trabalho, o que tem ampliado a insegurança dos trabalhadores, promovendo implicações graves, que vem se configurando cada vez mais em fragmentação entre “grupos cada vez menores dos que trabalham e são protegidos e os desempregados ou apenas precariamente vinculados, que contam com baixa ou nenhuma proteção social- os velhos e os novos excluídos do progresso social, (DRAIBE, 1997: 12).

Estas transformações societárias, sobretudo no processo de reestruturação da ordem econômica mundial, traz para o mundo do trabalho um intenso processo de precarização das relações de trabalho e conseqüente aumento do desemprego, o que amplia a insegurança dos trabalhadores, uma vez que as conquistas e garantias trabalhistas estão constantemente ameaçadas. Essa trama pode ser verificada sobretudo na subordinação às políticas ortodoxas de estabilização da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora o que segundo Oliveira, (1988: 26), é o retorno ao estado caritativo ou assistencialista”.

O contrato de trabalho terceirizado é fruto do Decreto nº 2.271/97⁹, que em seu Art. 1º, dispõe sobre as terceirizações no setor público; protege relativamente às atividades inerentes aos planos de carreira e, ao mesmo tempo, define que no âmbito da administração federal será dada preferência, para contratação terceirizada os serviços de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações.

⁹ O Decreto 2.271/97 diz em seu Art 1º, 2º: “Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargos extintos, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal”.

Como consequência imediata da referida lei, a área de “apoio” no âmbito público, que era desenvolvida por empregados de carreira, está sendo ocupada quase que em sua totalidade, por funcionários da atividade indireta, por intermédio de contratos de trabalho terceirizado.

Os avanços das políticas neoliberais têm corroborado no sentido de que, outra classe de trabalhadores, além das já referidas no Decreto 2.271/97, sejam objeto de terceirizações ou contratação temporária incluindo ate mesmo profissionais que tenham se inserido no âmbito do Serviço Público por intermédio de concurso, exemplo claro pode ser verificado na FAB, a partir do Decreto Lei nº 85.866, que instituiu em 1 de abril de 1981, o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica, onde diversos seguimentos de profissionais de nível superior, em suas mais diversas especialidades, inclusive os assistentes sociais, que mesmo sendo concursados não se efetivam como profissionais de carreira, e sim, são profissionais temporários, para prestarem serviços por no máximo 08 (oito) anos.

Diante desta perspectiva, fica evidenciado a precarização nas relações de trabalho a que se deparam esses profissionais, vivendo uma inquietação constante quanto a segurança na provisão de suas necessidades básicas, tendo que agir pro ativamente na busca de uma condição de trabalho, que lhe permita estar voltado única e exclusivamente para sua ação profissional.

Diante dos elementos aqui expostos, entendemos como fundamental a construção coletiva de contrapontos com vistas a melhorias na forma de contrato de trabalhos a que se encontram muitos assistentes sociais na FAB, com ações que sinalizem para a construção, ampliação e consolidação de direitos tanto do profissional quando dos sujeitos demandantes, em um processo que amplie a participação e controle da sociedade na definição e implementação de políticas públicas de caráter universalizante.

CONCLUSÃO

Ao concluir este terceiro e último capítulo considero procedente fazer alguns esclarecimentos: sabemos que inúmeros são os desafios que se apresentam como dificultadores ao desenvolvimento das ações do Serviço Social na FAB, e que seus rebatimentos incidem diretamente ao atendimento destinado ao público demandante das ações sociais, contudo, não haveria tempo hábil para discorrer sobre cada um deles, isso posto, os elencados no capítulo supracitado são alguns dos quais consideramos de maior relevância pra o momento.

O assistente social enquanto profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, pode no seu exercício profissional reforçar o projeto neoliberal, quando trabalha desenvolvendo políticas seletivas, excludentes, fragmentadas e focalistas, que visam ampliar a esfera privada em detrimento da esfera pública, ou poderá negar-se a essa postura quando atuando de forma a reforçar o projeto que defende o acesso universal, igualitário e de qualidade, contribuindo para que o seu trabalho efetive ações que apontem para o fortalecimento e emancipação dos sujeitos enquanto demandantes das políticas sociais. Isto posto, constatamos ser fundamental uma leitura atenta das determinações sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais no trato das expressões da questão social.

Considerando a Força Aérea Brasileira uma instituição merecedora de grande respeito, num país gigante pela própria história, seu serviço social deveria ser muito bem estruturado e devidamente capacitado com recursos financeiros da União.

É de suma responsabilidade o que a Força Aérea Brasileira vem realizando ao longo de sua história – suas conquistas, sua consolidação, sua participação no cenário nacional e, diga-se de passagem, mundial.

Ao ver este trabalho monográfico tomando corpo, senti que o mesmo iria contribuir no processo de enriquecimento da documentação bibliográfica, uma vez que pouco se tem registrado a respeito deste assunto, e que proporcionou ao autor deste uma busca mais aprimorada e minuciosa para que tudo procurasse sair a contento.

Possibilitará a continuidade de outros trabalhos sobre esse tema e objetivará difundir as ações do serviço social da FAB no âmbito civil, uma vez que fontes dessa natureza ainda continuam restritas.

Ao concluir este trabalho, faço constar o pouco que se tem escrito sobre as ações desenvolvidas pelo Serviço Social da Força Aérea Brasileira. Certamente, muito se tem feito, porém, parece que pouco está registrado; os registros são a história viva para o processo de reavaliação e consecução das ações, permitindo perpetuar os feitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antônio Geraldo. **Serviço Social e Filosofia: das origens á Araxá/** São Paulo: Cortez: Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 4° ed.1989.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional/** Marina Maciel Abreu- São Paulo: Cortez, 2002.

ALBUQUERQUE, Ulisses Gadelha. **Burocracia no 3° Mundo.** 2006.

Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/197216-burocracia-3%C2%BA-mundo/>. Acesso em: 28/05/2008.

BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS. **Organograma.** Disponível em:

<<http://www.bafl.intraer.br/siteinterno/>>. Acesso em: 20/04/2008.

BASTOS, Expedito Carlos Stephane. **História da Força Aérea Brasileira.** 2006. Disponível em:

<http://freepages.military.rootsweb.ancestry.com/~otrantofab/historia_fab.htm>. Acesso em: 25/04/2008.

BRASIL, Constituição (1934). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 16 de julho de 1943. Rio de Janeiro: Senado Federal subsecretaria de Edições Técnicas.

BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Portaria Normativa N° 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006, **prevê recursos do Fundo de Assistência Social no sentido de financiar cursos de especialização, extensão e pós-graduação ao pessoal graduado em Serviço Social.** Brasília DF, 2006.

-BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, DIRINT: Revista da Subdiretoria de Encargos Especiais, **Realizações no Período de 1996-2006.** EDITORA PUBLIC [Rio de Janeiro], 2006.

BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica Portaria n° 614/GM3, de 18 de agosto de 1992. **Reformula o Sistema de Assistência Social do Ministério da Aeronáutica.** Brasília DF, 2003.

BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica **-Instruções Reguladoras das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica (ICA n° 163-1 e 161-1/),** 2006.

BRASIL, Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica Portaria n° 692/GM3, de 22 de novembro de 2000. **Aprova o Regulamento da Diretoria de Intendência.** Brasília DF, 2000.

Comando da Aeronáutica. Portaria n° 1.173/MD, de 6 de setembro de 2006. **Aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas.** [Brasília, DF], 2006.

CESAR, Mônica de Jesus. **Serviço social e reestruturação industrial:** requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *A nova fábrica de consensos.* São Paulo: Cortez, 1998.

Decreto n° 2.271, de 7 de junho de 1997. **Dispõe sobre a contratação de serviços pela administração pública federal direta, autárquica e dá outras providências.** Brasília DF, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanela. **Direito administrativo.** 4° ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DRAIBE, Sonia Miriam." Prefácio". In: SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Renda mínima e reestruturação produtiva.** São Paulo, Cortez, 1997.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Princípios da administração pública.** Bauru: Edipro, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 3° ed São Paulo: Cortez, 2001.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo.** 4° ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica/ Marilda Villela, Raul de Carvalho. -10ª edição- São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: UNB, 1999.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil:** a ideologia de uma década. São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, Jose de Paula, 1977- **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64/ José Paula Netto.- São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **O surgimento do ativador: capital, força de trabalho e fundo público.** In: Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n 22, out. 1988.

Oliveira, Ana Lúcia Santos de et, al. **Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica: Uma Análise Crítica.** Curso de Extensão em Gerenciamento de Programas Sociais: Gestão Social para Cidadania-GPS X. Fundação Escola de Saúde Pública, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. **A especificidade orçamentária da assistência social.** São Paulo Fundap, 1998. (mimeo).

ZIMERMAN, D. E. e Osório, L. c. **Como trabalhamos com Grupos.** Porto Alegre: ARTMED.1997.

ANEXO A

PROJETO SAÚDE							
SUBPROJETOS	PUB. ALVO	TETO MAX CONCESSÃO (SAL MÍNIMO VIGENTE)	DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	RESSARCIMENTO DO FAZ/DIRINT (%)		NR DE PARCELAS P/ PAGAMENTO DO BENEFÍCIO	
				MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
MEDICAMENTOS NACIONAIS E IMPORTADOS	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 20	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >RECEITA DATADA COM ATÉ 180 DIAS, CARIMBADA COM O Nº DO CRM DO MÉDICO	40	100	1	10
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 10	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >DOIS ORÇAMENTOS DE PROFISSIONAIS/CLÍNICAS	50	100	1	10
ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 40	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >AUTORIZAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL/ASSISTÊNCIA SOCIAL >PREVISÃO DA ESPERA HOSPITALAR	40	100	1	10
PRÓTESE ÓRTESE CORRELATOS	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 30	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >RECEITA MÉDICA COM ATÉ 180 DIAS DE EMISSÃO	40	100	1	10
AQUISIÇÃO DE ÓCULOS E LENTES	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 5	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >RECEITA MÉDICA COM ATÉ 180 DIAS DE EMISSÃO	50	100	1	6
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 10	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL COM CARIMBO DO RESPECTIVO CONSELHO REGIONAL	50	100	1	10

Fonte: Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1/2006)

ANEXO B

PROJETO ALIMENTAÇÃO

SUBPROJETO	PUB. ALVO	TETO MAX CONCESSÃO (SAL. MÍNIMO VIGENTE)	DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	RESSARCIMENTO DO FAZ/DIRINT (%)		NR DE PARCELAS P/ PAGAMENTO DO BENEFÍCIO	
				MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
CESTA BÁSICA	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 1	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	30	100	1	2

Fonte: Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1/2006)

ANEXO C

PROJETO EDUCAÇÃO							
SUBPROJETOS	PUB. ALVO	TETO MAX CONCESSÃO (SAL. MÍNIMO VIGENTE)	DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	RESSARCIMENTO DO FAZ/DIRINT (%)		NR DE PARCELAS PI PAGAMENTO DO BENEFÍCIO	
				MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
AQUISIÇÃO DE LIVROS MAT ESCOLAR UNIFORME	CIVIL MILITAR PENSIONISTA DEPENDENTE	ATÉ 5	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >LISTA DE MATERIAL/UNIFORME ESCOLAR COM TIMBRE DA ESCOLA >TRÊS ORÇAMENTOS (DESEJÁVEIS)	50	100	1	10

Fonte: Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1/2006)

ANEXO D

PROJETO HABITAÇÃO							
SUBPROJETO	PUB. ALVO	TETO MAX CONCESSÃO (SAL. MÍNIMO VIGENTE)	DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	RESSARCIMENTO DO FAZ/DIRINT (%)		NR DE PARCELAS PI PAGAMENTO DO BENEFÍCIO	
				MÍNIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO
AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	CIVIL MILITAR PENSIONISTA	ATÉ 20	>ÚLTIMO CONTRACHEQUE >03 (TRÊS) ORÇAMENTOS DE PESSOA JURÍDICA >PARECER DO ASSISTENTE SOCIAL OU RELATO DA SITUAÇÃO SOCIAL NO CASO DO AGENTE SOCIAL COMPROVANDO A NECESSIDADE.	50	100	1	10

Fonte: Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA 163-1/2006)